



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Assessoria de Cadastro e Licitações

Despacho - NOVACAP/PRES/ASCAL

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2020.

Processo nº 00112-00009406/2019-36

Assunto: Pregão Eletrônico nº 026/2019-ASCAL/PRES.

Referência: Contratação de Empresa Especializada na Manutenção de Indivíduos Arbóreos localizados em áreas urbanas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão e remoção de árvores caídas, limpeza do local das intervenções, trituração e transporte dos resíduos vegetais oriundos da operação, para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ.

Senhor Chefe da ASCAL, com vistas ao GAB/PRES,

LOTE 03 – Biovetor Serviços Especializados EIRELI, interpôs o Recurso Administrativo conforme SEI nº 34942281, requerendo a reconsideração para rever o julgamento que levou a sua desclassificação, sendo contrarrazoado pela empresa EBF Indústria Comércio e Serviços Ltda. SEI nº 35228117 Após análise do recurso apresentado pela empresa Biovetor, foi realizada uma nova análise da proposta apresentada, SEI nº 31897437 e confirmado, novamente, que a mesma não contém as composições de preços unitários, conforme exige o item 5.5, letra "e" do Edital (deverão ser apresentadas **todas as composições de preços constantes no orçamento** (referente à NOVACAP, SINAPI ou SICRO 2), inclusive as composições de preços dos serviços associados. O BDI apresentado pela empresa deverá ser explícito no orçamento e não mais na composição de preços.). Assim, a situação do lote permanece inalterada, sendo descabidas as alegações apresentadas e por conseguinte, **improvido o recurso**.

LOTE 04 – Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda., interpôs o Recurso Administrativo conforme SEI nº 34942393, requerendo a reconsideração para rever o julgamento que levou a sua desclassificação, sendo contrarrazoado pela empresa Biovetor Serviços Especializados EIRELI. SEI nº 35229678. Reanalisados os atestados de capacidade técnica apresentado pela empresa Ecoterra SEI 33829006 e 33829081 e conforme entendimento anterior, o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa Ecoterra não comprovou que a empresa realizou serviço em **área urbana**, conforme determinado no item 7.2.1, alínea IX do Edital.

Transcrevemos abaixo o que está escrito no primeiro parágrafo do Atestado de Capacidade Técnica em questão:

*"Atestamos, para os devidos fins, que a empresa ECOTERRA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, com sede à Rua Dr. Mário Tavares, nº 854 - Centro - Rio das Pedras - SP, inscrita no CNPJ: 07.291.854/0001-13 executou serviços e, Fazendas de nossa Propriedade **no estado de São Paulo**, sendo:*

- em sedes, vilas, colônias e plantações." grifo nosso

O referido atestado foi registrado no CREA do Estado de São Paulo.

Assim sendo, em nenhuma parte do Atestado a emitente do documento informou que os serviços foram realizados na cidade de Porecatu que fica no Estado do Paraná, o que demonstra a inconsistência da informação. Também, pode ser observado que o atestado não cita escritórios administrativos. Não foram encontradas em nossas pesquisas nenhuma cidade no Estado de São Paulo

com este nome e, em verificação do documento DOC. 06, apresentado pela empresa Ecoterra, nos ocorre que de fato ela se refere a cidade do Estado do Paraná, desse modo restou comprovado que a empresa não apresentou nenhum documento comprobatório que os serviços foram realizados, de fato, na cidade de Porecatu/PR.

LOTE 06: A empresa Biovetor Serviços Especializados Eirelli SEI nº 34942533 apresentou Recurso Administrativo quanto a classificação da empresa Palmácea Jardins Ltda, que apresentou contrarrazões, SEI nº 35229790 - alegando a recorrente:

1 - Que a empresa Palmácea *"não apresentou, à época, o documento exigido no item 7.2.1 - VII do Edital, eis que não consta o referido documento válido em dezembro/2019."*

Quanto a esse questionamento, o item 7.2.1 –VII do edital foi atendido, tendo a recorrida apresentado tempestivamente, Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

2 - Outra alegação é quanto a comprovação da realização, por parte da empresa Palmácea, dos serviços de poda e erradicação de árvores com ausência da CAT - Certidão de Acervo Técnico.

Quanto as alegações após reanálise dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela empresa Palmácea restou que o Atestado de Capacidade Técnica que comprova que a licitante atende ao especificado no Edital, item 7.2.1, alínea IX foi emitido pela Universidade Federal da Bahia - CAT nº 64459/2017-CREA/BA.

LOTE 07: A empresa Podar Empreiteira de Mão de Obra Eirelli apresentou Recurso Administrativo SEI nº 34942677 quanto a classificação da empresa FCB Transporte Logística e Serviços Ltda no Pregão Eletrônico nº 026/2019, que tempestivamente apresentou contrarrazões SEI nº 35229990 para o Lote 07, alegando a recorrente, que a Certidão de Acervo técnico referente ao Atestado de Capacidade Técnico emitido pelo Metrô/DF em favor da Empresa FCB não habilita a empresa a prestar os serviços compatíveis com o Edital.

A CAT é um registro do Atestado Técnico emitido pela Contratante ao Contratado, no caso específico, o Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Metrô/DF em favor da empresa FCB, descreve os serviços que dá condições de habilitação à empresa FCB Transporte Logística e Serviços Ltda.

Quanto a outra alegação da empresa Podar, referente a documentação do Sindicato de Classe, toda a documentação exigida neste item foi apresentada pela FCB, sendo improcedente a alegação.

LOTE 09: A empresa FCB Transporte Logística e Serviços Ltda apresentou Recurso Administrativo SEI nº 34942677 quanto a classificação da empresa WM Paisagismo, Urbanismo e Comércio Eireli ME (35230082) e dentre outras alegações, afirma que a empresa WM não poderia ser beneficiada pela Lei Complementar 123/2006, referente a microempresas. O argumento não prospera em face de ter a empresa apresentado a documentação referente aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e o balanço patrimonial exigido se refere ao exercício de 2018..

Diante às manifestações técnicas e a análise por este Pregoeiro, decidimos pelo conhecimento dos recursos por tempestivos, e, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

À consideração da Autoridade Superior, na forma preconizada no Artigo 4º da Lei 10.520/2002, c/c o Artigo 109, § 4º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Erivaldo Souza Martins

Pregoeiro Designado



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO SOUZA MARTINS - Matr.0074908-7, Agente Administrativo - Assistente Administrativo**, em 17/02/2020, às 11:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:



[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=35663818)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=35663818)
[verificador= 35663818](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=35663818) código CRC= **932406A7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2321

00112-00009406/2019-36

Doc. SEI/GDF 35663818



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Assessoria Jurídica

Parecer SEI-GDF n.º 75/2020 - NOVACAP/PRES/ASJUR

Processo n.º 00112-00009406/2019-36

Interessado: Departamento de Compras

Assunto: Recurso ao resultado dos lotes 03, 04, 06, 07 e 09 Pregão nº 026/2019

Análise jurídico-formal dos recursos apresentados aos lotes 03, 04, 06, 07 e 09 do Pregão nº 026/2019, cujo objeto é a manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão e remoção de árvores caídas, limpeza do local das intervenções, trituração e transporte dos resíduos vegetais oriundos da operação, para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela Direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal, executado pelo Departamento de Parques e Jardins - DPJ da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

Relatório

1. Trata-se de consulta formulada pela Assessoria da Presidência, consubstanciada no Despacho (35749191), segundo a qual:

"Visando subsidiar a decisão do Senhor Diretor-Presidente, nos termos do art. 109, § 4º da Lei 8.666/93, submetemos o presente processo a essa especializada, visando análise e emissão de parecer, contendo a manifestação do Sr. Pregoeiro do certame em referência, que após ouvida a área técnica, decidiu manter a decisão que julgou vencedora do certame as empresas:

Lote 03 - EBF Indústria Comércio e Serviços Ltda,
Lote 04 - BIOVETOR Serviços Especializados EIRELI EPP,
Lote 06 - PALMÁCEA Jardins Ltda EPP,
Lote 07 - FCB Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda e
Lote 09 – WM Paisagismo Urbanismo e Comércio EIRELI ME"

2. É o que importa relatar.

Análise jurídica

3. Inicialmente, como de praxe, cumpre registrar que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.

4. Pois bem. Preliminarmente, verifica-se que os recursos administrativos ora em discussão foram apresentados tempestivamente.

5. Avançando na análise, destaca-se que na sistemática instituída pelo Pregão, a competência de decidir foi conferida especificamente a um agente, singularmente, o pregoeiro. É ele quem coordena os trabalhos da equipe de apoio, mas decide sozinho e responde pelos seus próprios atos.¹

6. Naturalmente que, ainda que o pregoeiro tenha o dever e a responsabilidade de decidir sozinho as questões que lhe são apresentadas, ele conta com uma equipe de apoio para auxiliá-lo na prática de todos os atos de sua competência.²

7. Marçal Justem Filho³ traz as seguintes considerações sobre a atuação do pregoeiro:

Diferentemente do que ocorre nas licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, cuja condução cabe a uma comissão, no pregão essa tarefa é repassada a um único servidor, o pregoeiro. Essa opção legislativa deve ser interpretada em termos, pois conquanto assuma o pregoeiro a responsabilidade pelo certame, seu trabalho não é solitário, sendo ele assessorado por outros servidores, inclusive para fornecer subsídios e informações relevantes. Mas os atos administrativos serão formalmente imputados ao pregoeiro, ao qual incumbirá formalizar as decisões e por elas responder. A ressalva é importante porque o pregoeiro, individualmente, acabaria sobrecarregado se não pudesse recorrer à estrutura administrativa estatal para solucionar rápida e agilmente todos os incidentes, examinar todos os documentos e assim por diante. A agilidade do procedimento do pregão acabaria frustrada se o pregoeiro não dispusesse de suporte para a prática dos atos a ele atribuídos.

8. Em complemento aos comentários acima, destaca-se o posicionamento Jair Eduardo Santana⁴ sobre o papel do pregoeiro:

"Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestado que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro. No que tange à elaboração do edital, não foi diferente a solução normativa. A Lei nº 10.520/02 não atribui esta tarefa ao pregoeiro, deixando a atribuição à autoridade superior, na etapa interna. Atentos para tal circunstância estiveram os dois decretos regulamentadores do pregão presencial e do pregão eletrônico. Tanto um quanto outro ato normativo não arrolou (e não poderia arrolar) dentre as atribuições do pregoeiro a difícil tarefa de elaborar editais. (...), relativamente ao edital, a competência do pregoeiro é mais de intérprete, na medida em que as suas atribuições pertinentes - ou legais - são de decisão e resposta a impugnações e esclarecimentos, bem assim de recebimento, exame, exercício de retratação e decisão de recursos".

9. Como se sabe, as normas do edital ditam as regras do certame e a sua inobservância fere o princípio da vinculação do instrumento, corolário do princípio da legalidade. Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração Pública a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.

10. Outrossim, ressalta-se que o formalismo jurídico configura-se como a imposição de que determinadas formas sejam seguidas como requisito para a produção dos efeitos buscados pelo sujeito. Dito de outra forma, o formalismo se caracteriza pela previsão normativa de que a vontade do sujeito apenas será considerada juridicamente relevante quando adotados determinados modos de exteriorização.

11. Dessa forma, os requisitos habilitatórios são analisados na fase adequada para tanto, à luz das exigências do edital e a partir das informações comprovadas pelos licitantes naquele momento. Sempre que o pregoeiro tiver alguma dúvida, pode recorrer à sua equipe de apoio ou às demais áreas técnicas da Novacap, que possuem dever de ofício de se manifestar no âmbito de suas especialidades.
12. Outrossim, quando houver a ausência de informações nos documentos habilitatórios que possam ser supridas por meio de diligência junto aos licitantes e desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, pode o pregoeiro ou a autoridade superior lançar mão de tal procedimento.
13. A esse respeito, veja-se a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993) .

(Acórdão 2730/2015-Plenário)

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes.

(Acórdão 2873/2014-Plenário)

É cabível a promoção de diligência pela comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

(Acórdão 4827/2009-Segunda Câmara)

14. O Senhor Pregoeiro, por seu turno, optou por não diligenciar, formou seu convencimento e motivou sua decisão (35663818) com respaldo nas informações contidas no Edital do certame (30790406), o qual reflete a demanda da área técnica detalhada no Projeto Básico, além dos subsídios prestados posteriormente pela equipe de apoio (35569006) (33043557).

15. Como cediço, um dos requisitos para a validade dos atos administrativos é o seu motivo, o qual exterioriza os fatos e fundamentos que lhe deram ensejo. Por conseguinte, a existência de pertinência real entre o motivo do ato administrativo e o contexto fático que o determinou é medida que se impõe, sob pena de grave vício a redundar na invalidade do ato. Eis a Teoria dos Motivos Determinantes.

16. Acerca do tema, Celso Antônio Bandeira de Mello⁵ leciona:

“De acordo com esta teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato. Sendo assim, a invocação de “motivos de fato” falsos, inexistentes ou incorretamente qualificados vicia o ato mesmo quando, conforme já se disse, a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato. Uma vez enunciados pelo agente os motivos em que calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto a obrigação de enuncia-los, o ato só será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam.”

17. Porém, ao realizar o cotejamento formal entre os documentos apresentados pelas empresas durante a fase habilitatória e os motivos declinados pelo Senhor Pregoeiro para rechaçar os recursos referentes aos lotes 4 e 6, verificou-se fragilidade nos argumentos utilizados.

18. Isso porque, no Despacho - NOVACAP/PRES/ASCAL (35663818) consta:

O referido atestado foi registrado no CREA do Estado de São Paulo.

Assim sendo, em nenhuma parte do Atestado a emitente do documento informou que os serviços foram realizados na cidade de Porecatu que fica no Estado do Paraná, o que demonstra a inconsistência da informação. Também, pode ser observado que o atestado não cita escritórios administrativos. Não foram encontradas em nossas pesquisas nenhuma cidade no Estado de São Paulo com este nome e, em verificação do documento DOC. 06, apresentado pela empresa Ecoterra, nos ocorre que de fato ela se refere a cidade do Estado do Paraná, desse modo restou comprovado que a empresa não apresentou nenhum documento comprobatório que os serviços foram realizados, de fato, na cidade de Porecatu/PR.

19. Ocorre que, no entendimento desta advogada, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados no CREA. Nesse sentido, eis o entendimento do Tribunal de Contas da União:

(...) 1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011”.

(Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara)

(...) 9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara;

(Acórdão 655/2016 - Plenário)

(...) Exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução Confea 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário

(Acórdão nº 205/2017 - Plenário)

(...) certidão de acervo técnico da licitante registrada no CREA-CE, para efeito de habilitação, uma vez que a exigência de registro ou visto no CREA do local de realização da obra licitada somente dar-se-á no momento da contratação

(Acórdão 10362/2017-2ª Câmara)

20. Dessa forma, o registro ou não de um atestado técnico no Conselho classe não macula ou interfere no conteúdo nele descrito.

21. Ademais, aparentemente, há um desencontro de entendimentos, pois além de o Atestado de Capacidade Técnica ter sido registrado no estado de São Paulo, o engenheiro signatário do documento informa que a prestação dos serviços também foi naquele estado. Apenas a sua declaração é que foi feita na cidade de Porecatu em 5 de junho de 2007.

22. Por outro lado, de fato, no texto do atestado não há informação clara sobre se o serviço foi prestado em área urbana ou rural. Outrossim, também não foi localizado nos autos nenhum documento que demonstre de forma incontestada que se trata de imóvel localizado em zoneamento urbano como alega a empresa Ecoterra Serviços de Limpeza. O contrário, todavia, também não pode ser afirmado com segurança.

23. Como esse ônus compete à recorrente e tal verificação foge das atribuições e da expertise desta especializada, sugere-se que o Senhor Presidente lance mão do recurso da diligência acima mencionado para esclarecer a questão, oportunizando à empresa que demonstre de forma incontestada o atendimento do item 7.2.1., alínea IX, do Edital e desde que não resulte inserção de documento novo.
24. Ainda sobre o lote 4, na decisão do Senhor Pregoeiro não consta qualquer menção ao atestado técnico emitido pelo município de Piracicaba - SP, o que se passa a recomendar que seja feito.
25. Quanto ao lote 6, a Certidão de Registro de Quitação nº 360/2020 - INT contida na lista 2 da documentação apresentada pela empresa Palmácea (33829509) realmente foi emitida 07 de janeiro de 2020. Isto é, após dezembro de 2019.
26. O Senhor Pregoeiro, por sua vez, informa que o item 7.2.1- VII do edital foi atendido tempestivamente. Como agente público que é, suas afirmações possuem fé pública. Entretanto, por cautela, sugere-se que seja apontado nos autos o documento comprobatório respectivo para elidir qualquer dúvida e dar maior segurança jurídica para a tomada de decisão do Diretor-Presidente.
27. No que tange aos demais lotes, sob o aspecto jurídico, entende-se que a decisão do Senhor Pregoeiro preenche os requisitos de validade e eficácia do ato administrativo.

Conclusão

28. Ante o exposto, após a análise adstrita aos aspectos jurídicos, conclui-se que:
- a) a decisão do Senhor Pregoeiro sobre os recursos interpostos em face dos resultados das disputas relativas aos lotes 3, 7 e 9, preenche os requisitos de validade e eficácia do ato administrativo, uma vez que foi emanado por autoridade competente e regularmente motivado;
- b) no que pertine aos lotes 4 e 6, recomenda-se a complementação da instrução processual nos termos dos itens 23, 24 e 26 deste parecer, com o intuito de dar maior segurança jurídica ao Diretor-Presidente na tomada de decisão sobre manter ou reformar a decisão do Senhor Pregoeiro.
29. Ao ensejo, alerta-se que os administradores podem adotar solução diversa da ora preconizada, bastando que o façam em ato motivado.⁵
30. É o parecer.
- À consideração superior.

ALINE PINHEIRO MACÊDO COUTO
OAB/DF nº 36.453

- 1 - De acordo. Com amparo nos documentos acostados aos autos e na análise jurídica apresentada, manifesto-me favoravelmente à conclusão emanada do Parecer SEI-GDF nº 75/2020 - NOVACAP/PRES/ASJUR.
- 2 - Ao Senhor Diretor Jurídico, para conhecimento.

CHRISTINE HELENA JACARANDÁ
Chefe do Departamento Consultivo/DJ/NOVACAP
OAB-DF nº 26.102

- 1 - Responsabilização de Agentes Segundo a Jurisprudência do TCU – Uma abordagem a partir de Licitações e Contratos. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/responsabilizacao-de-agentes-segundo-a-jurisprudencia-do-tcu-uma-abordagem-a-partir-de-licitacoes-e-contratos-aulas-1-a-5.htm>
- 2 - FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007. pp. 520 e 521.
- 3 - JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. 3ª ed. São Paulo: Dialética. pp. 76 a 80.
- 4 - SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.
- 5 - Mello, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 20 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros. 2005, p. 736
- 6 - Acórdão nº 2.446/2007 - 1ª Câmara do TCU – Caso a autoridade opte por não acatar as recomendações da assessoria jurídica, basta fazê-lo por meio de ato motivado.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE PINHEIRO MACEDO COUTO** - Matr.0973387-6, Advogado(a), em 20/02/2020, às 15:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTINE HELENA COSTA JACARANDÁ** - Matr. 0973404-X, Assessor(a) II, em 20/02/2020, às 16:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **35794290** código CRC= **E7C01CBE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
3403-2315



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Assessoria de Cadastro e Licitações

Despacho - NOVACAP/PRES/ASCAL

Brasília-DF, 02 de março de 2020.

Ao

Senhor Chefe da ASCAL/PRES,

Em atendimento ao Parecer SEI-GDF nº 75/2020-NOVACAP/PRES/ASJUR, 35794290, informamos que as diligências necessárias foram realizadas e que os documentos apresentados pelas empresas arrematantes foram analisados e as empresas, em algum momento, desclassificadas, para os referidos lotes inicialmente arrematados, conforme pode ser consultado nos documentos SEI abaixo listados.

Lote 06 - A empresa **Palmácea Jardins Ltda**, acusada de apresentar **Certidão do CREA** com data posterior à realização do Pregão Eletrônico, temos a esclarecer que a mesma foi inicialmente arrematante dos lotes 04 e 07, porém, desclassificada nos dois lotes. A época, a empresa apresentou documentação, inclusive a certidão do CREA válida, **com o vencimento em 28/11/2019** SEI nº 31897829, páginas 70/71, para o lote 04 e SEI nº 31968656, páginas 94/95, para o lote 07.

Acontece que em **09/01/2020** a empresa **Palmácea Jardins Ltda**, após desclassificação da empresa arrematante do **lote 06**, histórico SEI nº 33829235 página 02, **foi convocada** a apresenta nova documentação, para o referido lote. Considerando que a certidão citada no parágrafo anterior, estava vencida, para continuar no pleito, a arrematante retirou **nova certidão** SEI nº 33829509, páginas 18/19, inclusive **com data anterior a convocação**, entendemos como legal a **certidão emitida em 07/01/2020**.

Quanto ao item 7.2.1 - VII - SEI nº 33829602, página 7.

Lote 04 – Após desclassificação da arrematante **Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda**, a empresa fez contato telefônico com o Pregoeiro informando que realizou serviços de poda em área urbana, o Pregoeiro pediu que enviasse os documentos que comprovasse a realização dos serviços conforme determina o edital.

Recebemos no dia 20 de janeiro de 2020 um e-mail com fotografias e imagens da Internet sobre a localização de parte da área considerada urbana, que foi desmatada. Este e-mail, a época, não foi inserido ao processo pelo fato do Pregoeiro entender que os atestados apresentados não correspondiam integralmente as novas informações encaminhadas pelo arrematante SEI nº 36328108, e as novas informações não acrescentaram dados que contribuiria para um novo entendimento, diante de tais informações, entendemos que apenas a parte administrativa da fazenda fica em área urbana

O Atestado Técnico emitido pelo município de Piracicaba, em área urbana, refere-se ao corte de nove árvores de médio e grande porte, demonstrado pelo CAT nº 2620190006953 SEI nº 33829006, página 38/39. Quantidade pouco significativa em razão no mínimo necessário para o cumprimento da meta, mantendo assim, a desclassificação da empresa.

Erivaldo Souza Martins

Pregoeiro



do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=36328535) **36328535** código CRC= **C697799D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2321

00112-00009406/2019-36

Doc. SEI/GDF 36328535



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 05 de março de 2020.

À DILIC/DA,

Senhor Chefe,

Tratam os autos acerca do Pregão Eletrônico nº 026/2019-ASCAL/PRES, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada na Manutenção de Indivíduos Arbóreos localizados em áreas urbanas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão e remoção de árvores caídas, limpeza do local das intervenções, trituração e transporte dos resíduos vegetais oriundos da operação, para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ.

Houve interposição recursos referente ao resultado do certame, consoante aos lotes a seguir discriminados:

LOTE 03 - Recurso Administrativo 34942281, apresentado pela empresa **BIOVETOR** - contrarrazoado 35228117 pela empresa **EBF**.
LOTE 04 - Recurso Administrativo 34942393, apresentado pela empresa **ECOTERRA** - contrarrazoado 35229678 pela empresa **BIOVETOR**.
LOTE 06 - Recurso Administrativo 34942533, apresentado pela empresa **BIOVETOR** - contrarrazoado 35229790 pela empresa **PALMÁCEA**.
LOTE 07 - Recurso Administrativo 34942677, apresentado pela empresa **PODAR** - contrarrazoado 35229990 pela empresa **FCB** e
LOTE 09 - Recurso Administrativo 34942801, apresentado pela empresa **FCB** - contrarrazoado 35230082 pela empresa **WM Paisagismo**.

Essa DILIC/DA, através do Despacho - NOVACAP/PRES/ASCAL (35732734), encaminhou os autos para julgamento deste Presidente, acerca da conclusão do Sr. Pregoeiro, consoante a decisão que declarou vencedora dos certame as empresas abaixo, após a análise dos recursos interpostos e manifestação da área técnica da Diretoria de Urbanização (35569006):

Lote 03 - EBF Indústria Comércio e Serviços Ltda,
Lote 04 - BIOVETOR Serviços Especializados EIRELI EPP,
Lote 06 - PALMÁCEA Jardins Ltda EPP,
Lote 07 - FCB Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda e
Lote 09 – WM Paisagismo Urbanismo e Comércio EIRELI ME

Para subsidiar tal decisão, os autos foram encaminhados à Diretoria Jurídica, que através do Parecer 75 (35794290), chegou ao seguinte entendimento:

" (...) Ante o exposto, após a análise adstrita aos aspectos jurídicos, conclui-se que: a) a decisão do Senhor Pregoeiro sobre os recursos interpostos em face dos resultados das disputas relativas aos lotes 3, 7 e 9, preenche os requisitos de validade e eficácia do ato administrativo, uma vez que foi emanado por autoridade competente e regularmente motivado; b) no que pertine aos lotes 4 e 6, recomenda-se a complementação da instrução processual nos termos dos itens 23, 24 e 26 deste parecer, com o intuito de dar maior segurança jurídica ao Diretor-Presidente na tomada decisão sobre manter ou reformar a decisão do Senhor Pregoeiro. Ao ensejo, alerta-se que os administradores podem adotar solução diversa da ora preconizada, bastando que o façam em ato motivado. É o parecer."

Novamente, os autos retornaram ao Sr. Pregoeiro, conforme determinado no item 28, "b" do Parecer 75/DJ, que complementou as informações solicitadas e manteve a decisão consoante no Despacho - NOVACAP/PRES/ASCAL (35663818), *in verbis*:

" Em atendimento ao Parecer SEI-GDF nº 75/2020-NOVACAP/PRES/ASJUR, 35794290, informamos que as diligências necessárias foram realizadas e que os documentos apresentados pelas empresas arrematantes foram analisados e as empresas, em algum momento, desclassificadas, para os referidos lotes inicialmente arrematados, conforme pode ser consultado nos documentos SEI abaixo listados.

Lote 06 - A empresa **Palmácea Jardins Ltda**, acusada de apresentar **Certidão do CREA** com data posterior à realização do Pregão Eletrônico, temos a esclarecer que a mesma foi inicialmente arrematante dos lotes 04 e 07, porém, desclassificada nos dois lotes. A época, a empresa apresentou documentação, inclusive a certidão do CREA válida, **com o vencimento em 28/11/2019** SEI nº 31897829, páginas 70/71, para o lote 04 e SEI nº 31968656, páginas 94/95, para o lote 07.

Acontece que em **09/01/2020** a empresa **Palmácea Jardins Ltda**, após desclassificação da empresa arrematante do **lote 06**, histórico SEI nº 33829235 página 02, **foi convocada** a apresenta nova documentação, para o referido lote. Considerando que a certidão citada no parágrafo anterior, estava vencida, para continuar no pleito, a arrematante retirou **nova certidão** SEI nº 33829509, páginas 18/19, inclusive **com data anterior a convocação**, entendemos como legal a **certidão emitida em 07/01/2020**.

Quanto ao item 7.2.1 - VII - SEI nº 33829602, página 7.

Lote 04 – Após desclassificação da arrematante **Ecoterra Serviços de Limpeza Ltda**, a empresa fez contato telefônico com o Pregoeiro informando que realizou serviços de poda em área urbana, o Pregoeiro pediu que enviasse os documentos que comprovasse a realização dos serviços conforme determina o edital.

Recebemos no dia 20 de janeiro de 2020 um e-mail com fotografias e imagens da Internet sobre a localização de parte da área considerada urbana, que foi desmatada. Este e-mail, a época, não foi inserido ao processo pelo fato do Pregoeiro entender que os atestados apresentados não correspondiam integralmente as novas informações encaminhadas pelo arrematante SEI nº 36328108, e as novas informações não acrescentaram dados que contribuiria para um novo entendimento, diante de tais informações, entendemos que apenas a parte administrativa da fazenda fica em área urbana

O Atestado Técnico emitido pelo município de Piracicaba, em área urbana, refere-se ao corte de nove árvores de médio e grande porte, demonstrado pelo CAT nº 2620190006953 SEI nº 33829006, página 38/39. Quantidade pouco

significativa em razão no mínimo necessário para o cumprimento da meta, mantendo assim, a desclassificação da empresa."

Os autos vieram a esta Presidência para análise e manifestação quanto aos recursos interpostos, bem como contrarrazões apresentadas, em atendimento ao art. 70, § 1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Isto posto, após o exame de admissibilidade e presentes os trâmites processuais necessários, acolho a análise técnica feita por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DU/DPI (35569006), e mantenho o entendimento exarado na decisão proferida pela Comissão e Licitação no Despacho - NOVACAP/PRES/ASCAL (35663818), em que se NEGOU PROVIMENTO aos recursos e contrarrazões apresentadas pelas empresas, e MANTEVE A DECISÃO consoante ao referidos lotes: Lote 03 - EBF Indústria Comércio e Serviços Ltda, Lista Histórico Lote 03 (36596889); Lote 04 - BIOVETOR Serviços Especializados EIRELI EPP, Lista Histórico Lote 04 (36597553); Lote 06 - PALMÁCEA Jardins Ltda EPP, Lista Histórico Lote 06 (36597662); Lote 07 - FCB Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda Lista Histórico Lote 07 (36597731) e Lote 09 - WM Paisagismo Urbanismo e Comércio EIRELI ME, Lista Histórico Lote 09 (36597798).

Restituo os autos a essa Assessoria para as providências necessárias ao deslinde do certame.

Atenciosamente,

Candido Teles de Araujo

Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **CANDIDO TELES DE ARAUJO - Matr. 0973379-5, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 06/03/2020, às 09:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **36561294** código CRC= **A579B027**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

3403-2310